

Contradições e Desafios na Educação Brasileira

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Willian Douglas Guilherme

(Organizador)

Contradições e Desafios na Educação Brasileira

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C764	Contradições e desafios na educação brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Contradições e Desafios na Educação Brasileira; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-373-6 DOI 10.22533/at.ed.736190106 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 370.710981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” foi dividido em 4 volumes e reuniu autores de diversas instituições de ensino superior, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas em vários estados brasileiros. O objetivo desta coleção foi de reunir relatos e pesquisas que apontassem, dentro da área da Educação, pontos em comuns.

Neste 1º Volume, estes pontos comuns convergiram nas temáticas “Ações afirmativas e inclusão social” e “Sustentabilidade, tecnologia e educação”, agrupando, respectivamente, na 1ª parte, 11 artigos e na 2ª, 14 artigos.

A coleção é um convite a leitura. No 2º Volume, os artigos foram agrupados em torno da “Interdisciplinaridade e educação” e “Um olhar crítico sobre a educação”. No 3º Volume, continuamos com a “Interdisciplinaridade e educação” e incluímos a “Educação especial, família, práticas e identidade”. E por fim, no 4º e último Volume, reunimos os artigos em torno dos temas “Dialogando com a História da Educação Brasileira” e “Estudo de casos”, fechando a publicação.

Entregamos ao leitor o livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” com a intenção de cooperar com o diálogo científico e acadêmico e contribuir para a democratização do conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ETICA TRABALHADA PELOS PCN'S E DIMINUIÇÃO DA VIOLENCIA DENTRO DO ESPAÇO ESCOLAR	
<i>Luana Nayara de Brito Ferreira</i> <i>Vívian da Silva Lobato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901061	
CAPÍTULO 2	7
AS AFETIVIDADES E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM ABORDAGENS SOBRE TRANSGÊNICOS EM REVISTAS NACIONAIS DA ÁREA DE ENSINO E NAS ÚLTIMAS CINCO EDIÇÕES DO ENPEC	
<i>Karla de Oliveira Munarin</i> <i>Sérgio Choiti Yamazaki</i> <i>Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901062	
CAPÍTULO 3	23
CARTOGRAFIA DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE ARTE, PEDAGOGIA E MEDIAÇÃO: QUEM SOMOS? QUANTOS SOMOS? E ONDE ESTAMOS?	
<i>Fabiana Souto Lima Vidal</i> <i>Ana Paula Abrahamian de Souza</i> <i>Daniel Bruno Momoli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901063	
CAPÍTULO 4	34
DISCRIMINAÇÃO RACIAL NOS DISCURSOS DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Ketno Lucas Santiago</i> <i>Ana Paula Vieira e Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901064	
CAPÍTULO 5	44
DISCURSOS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ENTRE PRÁTICAS E DESAFIOS	
<i>Marcos Vinicius Sousa de Oliveira</i> <i>Deidiane Costa Guimarães</i> <i>Ana Paula Vieira e Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901065	
CAPÍTULO 6	51
EDUCAÇÃO ESCOLAR, MOVIMENTO E PROFESSORES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: DIMENSÕES DA LUTA PELO RECONHECIMENTO DA <i>DIVERSIDADE</i> E DA <i>DIFERENÇA</i> DE POVOS EXISTENTES NO BRASIL	
<i>Fernando Roque Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901066	

CAPÍTULO 7 65

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO INICIAL: REFLEXÕES ACERCA DA EXPERIÊNCIA EM UM PROJETO INTERDISCIPLINAR

Debora Brito Lima

Railda da Silva Santos

Dhessia da Silva Lima

Amélia Maria Araújo Mesquita

Brenda Aryanne Damasceno Monteiro

Jakson Brito Lima

DOI 10.22533/at.ed.7361901067

CAPÍTULO 8 71

EDUCAÇÃO INDÍGENA: A IDEOLOGIA DO ÍNDIO NO LIVRO DIDÁTICO EM UMA ESCOLA INDÍGENA DA REDE PÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

Rízia Maria Gomes Furtado

Alex Arlen da Silva Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.7361901068

CAPÍTULO 9 87

A (IN) EXISTÊNCIA DE UM PROJETO EDUCACIONAL PARA OS NEGROS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA

Lucia Mara de Lima Padilha

DOI 10.22533/at.ed.7361901069

CAPÍTULO 10 102

O EMPODERAMENTO DA MULHER À PROFISSÃO DE MOTOTAXISTA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

Davi Corrêa Gomes

Tatiane do Socorro Correa Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.73619010610

CAPÍTULO 11 108

REVISÃO SISTEMÁTICA EM ANAIS DE EVENTOS SOBRE A TEMÁTICA EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE

Caroline Alfieri Massan

Priscila Carozza Frasson Costa

DOI 10.22533/at.ed.73619010611

CAPÍTULO 12 121

A MITOPOÉTICA CULTURAL AMAZÔNICA COMO ELEMENTO EDUCATIVO SOCIALIZADOR

Riceli da Natividade Silva

Jefferson da Silva Alves

Luiz Carlos de Carvalho Dias

DOI 10.22533/at.ed.73619010612

CAPÍTULO 13 133

COMO ALINHAR UMA FERRAMENTA DE GAMIFICAÇÃO EM UM CURSO DE COMPUTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR?

Rodrigo Alves Costa

André Luiz Henriques Bernardo

Ingrid Morgane Medeiros de Lucena

DOI 10.22533/at.ed.73619010613

CAPÍTULO 14 139

CRIAÇÃO DE INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO COMPUTACIONAL: VALIDAÇÃO COM O GRUPO FOCAL

Williane Rodrigues de Almeida Silva

Edmir Parada Vasques Prado

DOI 10.22533/at.ed.73619010614

CAPÍTULO 15 151

DO CORAÇÃO DA TERRA: MANUFATURA DE TINTAS ARTESANAIS COM TERRAS JUAZEIRENSES

Ana Emidia Sousa Rocha

Luiz Maurício Barretto Alfaya

DOI 10.22533/at.ed.73619010615

CAPÍTULO 16 165

EDUCAÇÃO DIGITAL E SUAS INTERFACES: DISCUTINDO CONCEITOS E PROCESSOS A PARTIR DE AÇÕES LOCAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nadja da Nóbrega Rodrigues,

Mércia Rejane Rangel Batista

DOI 10.22533/at.ed.73619010616

CAPÍTULO 17 181

EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Tânia Maria Figueiredo Barreto Freitas

DOI 10.22533/at.ed.73619010617

CAPÍTULO 18 187

GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA E UTILIZAÇÃO DE TICS POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Artur Pires de Camargos Júnior

DOI 10.22533/at.ed.73619010618

CAPÍTULO 19 193

O LETRAMENTO DIGITAL E A INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): UM ESTUDO DE CASO COM DISCENTES DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ana Paula da Silva

Maria do Carmo Maracajá Alves

Alessandra Carla Ceolin

Alexandre de Melo Abicht

DOI 10.22533/at.ed.73619010619

CAPÍTULO 20 207

O MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL NA BOCA DAS MULHERES

Jamyllle de Souza Oliveira

Maria Inês Gasparetto Higuchi

Niro Higuchi

DOI 10.22533/at.ed.73619010620

CAPÍTULO 21 219

O NOVO CÓDIGO FLORESTAL (LEI 12.651/2012): BREVES APONTAMENTOS SOBRE SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS E RESPECTIVOS REFLEXOS SOBRE A BIODIVERSIDADE

Fernando Martinez Hungaro

DOI 10.22533/at.ed.73619010621

CAPÍTULO 22 229

O TRABALHO PEDAGÓGICO DE PROFESSORES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM MEDIADO PELAS TIC: ARTICULAÇÕES E RUPTURAS

Cinthya Maduro de Lima

Dinair Leal da Hora

DOI 10.22533/at.ed.73619010622

CAPÍTULO 23 238

PROCESSOS CRIATIVOS DE ENSINO DE DESENHO EM ESPAÇOS VIRTUAIS

Leda Maria de Barros Guimarães

Maria de Fatima França Rosa

Hélia Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.73619010623

CAPÍTULO 24 249

QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO LIXO DA PRAIA DO MOA

Carlos Henrique Profírio Marques

DOI 10.22533/at.ed.73619010624

CAPÍTULO 25 255

RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO QUE INTEGRA PESQUISA, PRÁTICA E ENSINO

Juliany Serra Miranda

Denival de Lira Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.73619010625

SOBRE O ORGANIZADOR..... 263

DISCURSOS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ENTRE PRÁTICAS E DESAFIOS

Marcos Vinicius Sousa de Oliveira

Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Educação - Bolsista PIBIC PRODUTOR, Bragança-Pará

Deidiane Costa Guimarães

Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Educação - Bolsista PIBIC-INTERIOR, Bragança-Pará

Ana Paula Vieira e Souza

Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia, Bragança-Pará

RESUMO: A pesquisa objetiva analisar os discursos de professores acerca das manifestações de racismo em sala de aula e como eles compreendem a Lei Nº 10.639/03 visando a valorização de criança negra em Educação Infantil. As teorias de matriz africana permitem dizer, que ainda existe no campo educacional raro conhecimento sobre a história afro-brasileira e africana, ausência de discussões no currículo relacionado às questões étnico-raciais e a forma como os professores tem percebido o racismo no âmbito de turma de Educação Infantil. Os resultados deste estudo revelam as lacunas na Formação Inicial de Professores a respeito da história do negro no Brasil, manifestadas de forma negativa em suas práticas pedagógicas ao trato

com o preconceito e racismo entre as crianças. Ainda, aponta a necessidade de Formação Continuada de Professores no conhecimento da Lei Nº 10.639/03, da construção de um currículo que valorize a cultura afro-brasileira e a discussão da diferença no contexto escolar. Os docentes interlocutores da pesquisa têm tratado no campo curricular as relações étnico-raciais de modo pontual, descontextualizado da vida social de crianças da Amazônia Bragantina, cuja comunidade escolar carece desconstruir preconceitos e estigmas que permeiam o espaço de Educação Infantil.

PALAVRA-CHAVE: Educação Infantil; Professores; Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT: The research aims to analyze the teachers discourses about manifestation of racism in the classroom and how they understand Law nº 10.639/03 aiming at the valuation of black children in early childhood education. African matrix theories allow us to say that there is still a rare knowledge of Afro-Brazilian and African history in the educational field, there is no discussion in the curriculum related to ethnic-racial issues and the way in which teachers have perceived racism in the field of Early Childhood. The results of this study reveal the gaps in Initial Teacher Training regarding the history of the black in Brazil, expressed in a negative way in their pedagogical practices to

deal with prejudice and racism among children. It also points out the need for Continued Teacher Training in the knowledge of Law 10.639 / 03, the construction of a curriculum that values Afro-Brazilian culture and the discussion of difference in the school context. The teachers who interlocutor of the research have dealt in the curricular field the ethnic-racial relations in a punctual, decontextualized way of the social life of children of the Bragantina Amazon, whose school community need to deconstruct prejudices and stigmas that permeate the space of Early Childhood Education.

KEYWORDS: Child Education; Teachers; Ethnic-racial relations.

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa é fruto de ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no componente curricular Fundamentos Teórico-Metodológicos de Educação Infantil, da Faculdade de Educação em parceria com o Grupo de Estudos, Pesquisa Trabalho e Educação\Sessão Infâncias do Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará, que tem se constituído em pesquisar Infâncias, Crianças e Formação de Professores na Amazônia Bragantina, Região Nordeste do Pará, em um exercício de correlacionar o referencial teórico interdisciplinar, a prática pedagógica de professores e o ordenamento legal antirracista no currículo de Educação Infantil de escolas da rede municipal de Bragança-PA.

As discussões teóricas a despeito das relações étnico-raciais e da Lei N° 10.639\03 como campo de conhecimento tem se configurado no contexto da educação escolar, um espaço e lugar de desconstrução do currículo ocidental, por existir conflitos no campo curricular padronizado na educação escolar do Brasil, que de outro modo tem sido contestado pelo movimento social negro por se caracterizar na contemporaneidade ambiente favorável às discussões sobre o lugar, a valorização da diferença e da diversidade cultural no âmbito escolar.

A diversidade cultural e a diferença têm sido discutidas de forma “desigual e discriminatória” (GOMES, 2011, p. 688) no que tange a etnia, o gênero, a orientação sexual, os direitos humanos etc., pois esses debates ainda são invisibilizados na proposição dos currículos escolares, em especial ao trato das questões étnico-raciais, uma vez que são elas constituintes da identidade do povo brasileiro, historicamente encobertas e estigmatizada na representação do negro no Brasil.

A invisibilidade curricular a respeito da história do negro arrancado do continente africano pelo sistema de escravidão contribui para o processo de colonização da discriminação e do preconceito racial. A discriminação da etnia são manifestações dessa natureza, recorrentes em vários setores da sociedade, “ora de forma velada, ora escancarada” (LOPES, 2005, p. 186).

Os veículos de comunicação, tem diariamente noticiado casos de discriminação, racismo e preconceito no ambiente escolar e na sociedade civil. Nessa perspectiva, “as formas de discriminação de qualquer natureza não têm seu nascedouro na

escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali” (BRASIL, 2013, p. 501).

A negação histórica da escravidão, da formação populacional brasileira no campo educacional a respeito do conhecimento da história afro-brasileira e africana, possibilita reflexões relacionadas a precariedade do debate curricular, a forma como tem sido pensado para o trato das questões étnico-raciais no ensino de Educação Infantil e como professores tem percebido o preconceito e o racismo no âmbito escolar.

A ausência de um currículo crítico em Educação Infantil de escolas da rede municipal bragantina na valorização do ensino afro-brasileiro se manifestou no desconhecimento de alguns professores sobre a Lei N° 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica, por contribuir de modo significativo no enfrentamento e na ampliação dos debates a respeito de discriminação no Brasil.

A Educação Infantil deve primar por um currículo permeado pelas múltiplas linguagens no desenvolvimento pleno de crianças, cujo trabalho pedagógico de professores promova o ensino para a compreensão das diferenças, do respeito ao outro, processo educacional que vise a formação cidadã, que possibilite às crianças o contato com a diversidade cultural, que valorize posturas de tolerância, de combate ao preconceito e ao racismo.

Isto posto, a pesquisa partiu de questões norteadoras, que buscou saber se os professores de escolas municipais de Bragança-PA vivenciam o preconceito e o racismo entre crianças? Que ações pedagógicas são tomadas para combater o racismo e valorizar a criança negra no âmbito de Educação Infantil? Que conhecimento eles possuem a respeito da Lei N° 10.639\03?

Metodologicamente a pesquisa é de abordagem qualitativa por se tratar de situações envolvendo pessoas. Para responder as questões-problema utilizamos a entrevista semiestruturada, com roteiro de perguntas versando sobre o racismo, à existência da Lei 10.639/03 e a realização de atividades pedagógicas no combate ao racismo entre as crianças de Educação Infantil.

Para a escolha de Professores seguimos os critérios de seleção: a) ser professor (a) efetivo da rede municipal de Bragança-PA e b) atuar por mais de dois em turma de Educação Infantil.

Participaram duas Professoras de escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Bragança, Estado do Pará. As entrevistas foram aplicadas na sala dos Professores, identificadas por Professora A e Professora B. A primeira com 54 anos e a segunda com 36 anos, ambas residentes em Bragança.

De posse do material coletado, os dados foram organizados em quadro, a fim da realização de leitura e compreensão do dito e não dito nos enunciados de professores. Para isso, utilizou-se a técnica de análise do discurso para categorizar e revelar os significados manifestados nos discursos de professores sobre a Lei N° 10.639/03, as questões étnico-raciais e o racismo em sala de aula.

2 | DISCUSSÃO E ANÁLISE

A constituição do *corpus* dos enunciados discursivos de professores de Educação Infantil nos possibilitou eleger três categorias de análise: a) Consciência Racial, b) Prática Pedagógica e c) Formação Continuada, elas mostram as realidades que permeiam as discussões direcionadas para o campo das relações étnico-raciais e a aplicação da Lei nº 10.639/03 no currículo escolar bragantino. Os docentes ora revelam raros conhecimentos a despeito da Lei e do ensino afro-brasileiro, ora suas ações pedagógicas são pontuais no combate ao racismo entre crianças de Educação Infantil.

A categoria Consciência Racial, tem o sentido de pertencimento, uma dimensão histórica visando ações sociais, culturais de valorização da sociedade brasileira multicultural, não uma discussão restrita ao dia alusivo da consciência negra, sobretudo, pela efetivação de políticas de ações afirmativas em Instituições de Ensino, de implementação de Leis, de currículo crítico decolonial, que considere a tez da pele de crianças, que valorize a construção de identidade das pessoas.

Nos discursos de Professores da Amazônia bragantina aparece a categoria consciência racial relacionado à existência de criança negra, que eles consideram como negro, muitas vezes sem considerar a identidade negra. Ainda, os docentes atuam pedagogicamente quando existe na concepção deles a presença de criança negra no âmbito da sala de aula, essa ação revela ausência do conhecimento da Lei 10.639/03, de se promover o ensino acerca da diversidade cultural no contexto de Educação Infantil.

A ausência de um currículo que aborde a riqueza da cultura afro-brasileira e as suas contribuições na formação cultural (MUNANGA, 2005) do povo brasileiro, ocasiona a negação da história do negro no processo de construção de valores, acarreta o estranhamento pelo o que é diferente. Essa ausência de consciência racial pode ser identificada nos discursos da Professora B.

Professora B: Não tenho alunos negros na sala de aula. Talvez seja por isso que a gente não pensou em trabalhar com temas voltados para esta questão.

O discurso da Professora B mostra o desconhecimento do que é ser negro, da história da cultura negra, que para Munanga (2005) é evidenciado como campo de conhecimento amplo, não deve ser importante somente para a pessoa negra, mas o debate deve interessar as pessoas, por ser o Brasil uma nação miscigenada, multicultural, uma vez que historicamente a escola privilegiou a cultura europeia.

O currículo reiteradamente inculcou por meio do ensino na mente das pessoas a valorização da tez branca, uma ideologia de soberania e privilégios. Assim, esse ideário do currículo ocidental carece ser desconstruído por meio da memória e da valorização da história negra e suas influências no processo sociocultural brasileiro, principalmente na base, em Educação Infantil, onde os valores sociais e escolares são

inicialmente construídos com vista ao desenvolvimento pleno de crianças.

A falta em compreender as questões étnico-raciais no currículo escolar, da não sensibilidade em promover discussões sobre o preconceito e o racismo com as crianças em Educação Infantil reflete diretamente na prática pedagógica de professores, que muitas vezes são realizadas nas escolas por meio de projetos pontuais em Educação Infantil.

Professora A: Há quatro anos, foi trabalhado esse tema aqui na escola, um projeto com essa temática, porém não recordo o nome do projeto, por que ocorreu há muito tempo. O projeto se desenvolveu a partir de situações vivenciadas dentro de sala, e aí! A escola toda se mobilizou na ação.

Professora B: [...] por meio de um projeto a criança pode estar construindo o autoconceito sobre as relações étnico-raciais.

Observa-se que os projetos são as atividades mais recorrentes na prática pedagógica de professores da Amazônia bragantina, pontualmente são tratados nos currículos da escola, descontextualizados do saber cultural de crianças, essas ações mormente não promovem grandes mudanças nas discussões sobre as questões étnico-raciais, pois faz-se necessário que esse conhecimento faça parte do Projeto Político Pedagógico da escola, com ações e metas ao longo do ano.

Os discursos de Professores da Amazônia bragantina revelam raro domínio no campo teórico-metodológico das relações étnico-raciais, o que contribui de forma significativa para invisibilizar ações de combate ao racismo entre as crianças em sala de aula. Eles revelam lacunas na sua formação inicial, indicando a necessidade de formação continuada para esses professores atuantes em Educação Infantil, visando contribuir com sua prática pedagógica ampliando e valorizando a criança negra.

A Formação Continuada no dizer de Chagas (2016) para as relações étnico-raciais deve ser permanente, que possa contribuir com a prática do professor em relação às transformações sociais e culturais no campo escolar, sejam elas promovidas pelo órgão maior Secretaria Municipal de Educação (SEMED-BRAGANÇA) ou pelas próprias escolas pesquisadas, como indica a fala das professoras.

Professora A: A escola geralmente não oferece formação, mais a prefeitura oferece esses discursos por meio do planejamento anual.

Professora B: [...] foi um planejamento de apenas dois dias, oferecido pela SEMED-Bragança, no ano de 2015. Foi muita informação importante sobre as relações étnicas raciais em um curto período, entretanto a formação não foi direcionada para a Educação Infantil, não ensinando a como se trabalhar essas questões em sala de aula, se deu de forma geral abrangendo todos os níveis.

Tendo em vista o contexto de diversidade cultural existente dentro das salas de aulas, é imprescindível que o docente esteja em constantes formações, para que possa realizar suas práticas de acordo com a realidade vivenciada no ambiente escolar,

e que vise principalmente o respeito e a valorização das diferenças contidas dentro de sala, assim contribuindo para que desconstrua a visão etnocêntrica que permeia o ambiente escolar, remetendo-nos a entender que “a aprendizagem não se realiza de forma estática, mas que acontece como um processo dinâmico que compreende a reelaboração do saber aprendido em contraste com as experiências do cotidiano” (GONÇALVES; SOLIGO, 2016 p.10).

Percebe-se ainda a ausência desses debates na Formação Inicial, pois não tiveram contato com a temática das relações étnico-raciais, tendo efeitos negativos em desconhecer a Lei nº 10.639/2003, o que a invisibiliza e não a articula com o contexto cultural das crianças. No dizer das Professoras elas não conhecem a Lei.

Professora A: [...] não tenho conhecimento sobre a lei.

Professor B: A lei poderia até contribuir se ela fosse efetivada, se todas as escolas trabalhassem, se todos se colocassem pra trabalhar. Não só a escola, mas a SEMED, órgão maior pudesse estar sensibilizando para que todas as escolas falassem sobre a temática, de forma bem direcionada. Seria uma excelente colaboração para que essa lei pudesse estar em vigor e funcionar.

Esta realidade reafirma a necessidade de formações constantes conforme diz Chagas (2016), para que o conhecimento sobre as relações étnico-raciais e a Lei Nº 10.639/03 sejam refletidas na prática docente, isso significa dizer que os discursos de Professores evidenciam que a responsabilidade é do Sistema Escolar, que tem a obrigatoriedade em promover formação sobre o racismo. Contudo, a gestão escolar tem função de intervir no meio social em que está localizada, nesse sentido a escola da Amazônia bragantina não tem se posicionado de maneira satisfatória, como espaço social de transformação da sociedade.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos aspectos observáveis por meio dos enunciados discursivos de Professores da rede Municipal de Ensino Infantil de Bragança foi possível perceber que elas não desenvolvem com frequência discussões acerca das questões étnico-raciais e raramente existe a preocupação do Sistema Educacional da Amazônia bragantina a respeito da formação docente para as relações étnico-raciais. Essas lacunas na prática docente interferem negativamente na construção identitários de crianças. Percebeu-se ainda, que os professores desconhecem a Lei 10.639/03 e isso reflete em sua prática pedagógica e no desenvolvimento social e cultural de crianças. A aplicabilidade desta Lei no currículo escolar é fundamental para o combate do racismo em educação, pois consolida e expande as políticas de ações afirmativas em todo o território nacional, assim como, garante o direito de igualdade, de oportunidades, visando desconstruir o

mito da democracia racial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília, MEC, SEB, DCNEB, 2013.

CHAGAS, W. F. Formação continuada de professores/as e a educação para igualdade racial: um desafio político. **XVII Encontro Estadual de História** – ANPUH-PB ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br>>. Acesso em: 18 ago. de 2017.

GOMES, L. N. **Desigualdades e diversidade na educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693. 2011.

GONÇALVES, L. R. D; SOLIGO, Â. F. **Educação das Relações Étnico-Raciais: O Desafio da Formação Docente**. p. 1-14. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-2372--Int.pdf>>. Acesso em: 04 de ago. 2017.

LOPES, V. N. **Racismo, preconceito e discriminação**. In: MUNANGA, K. (org.) Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOBRE O ORGANIZADOR

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-373-6

